

Educação Bilíngue para Alunos Surdos em Escola Inclusiva no Município de Niterói

Esmeralda Stelling¹

Rosana Maria do Prado Luz Meireles²

Este artigo versa sobre o Programa Educacional Bilíngue para alunos surdos da Escola Municipal Paulo Freire, da Fundação Municipal de Educação de Niterói, Rio de Janeiro. O texto é composto de duas partes: a primeira, desenvolvida pela professora Esmeralda Stelling, expõe a gênese e a implantação do Programa Educacional Bilíngue durante o período de 2004 até 2007; e a segunda parte, que apresenta os resultados obtidos do período de 2008 até a atualidade, é descrita pela professora Rosana Prado.

Gênese e implantação do Programa Educacional Bilíngue para alunos surdos da Escola Municipal Paulo Freire, da Fundação Municipal de Educação de Niterói, RJ

O Programa Educacional Bilíngue teve origem em 2004, com a inauguração da E.M. Paulo Freire, a primeira escola inclusiva de Niterói, que recebeu 20 alunos surdos da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Niterói (Apada), instituição filantrópica que oferece diversos tipos de atendimento aos surdos e suas famílias. Com relação ao atendimento escolar, na época, a associação mantinha uma escola especial voltada, exclusivamente, para alunos surdos. Por conta das políticas públicas, a instituição não recebeu mais verbas, o que agravou a crise financeira em que se encontrava. Por esses motivos, deixou de atender aos seus alunos com mais de 7 anos de idade, porém manteve, por meio de um convênio com a prefeitura de Niterói, sem ônus para a instituição, a Educação Infantil Bilíngue, que foi assimilada pelo Programa Criança na Creche, proposta inovadora da prefeitura de Niterói. Algum tempo depois, foi oficializada e inaugurada a Creche Comunitária Professor Geraldo Cavalcanti de Albuquerque, que assegurou e deu continuidade ao modelo bilíngue até os dias atuais. Os alunos que não foram mais atendidos na Apada precisaram migrar para a rede municipal de ensino na busca pela educação que lhes era de direito. Assim, o município procurou o diálogo com

¹ Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense. Professora de Surdos pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos. Especialista em Educação de Surdos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vice-Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Niterói. RJ. E-mail: epstelling@gmail.com.

² Pedagoga, Mestre e Doutoranda em Educação com bolsa Capes pela Universidade Federal Fluminense. Professora Bilíngue especializada em Educação de Surdos, atuando na Coordenação de Educação Especial da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói. Responsável pelo Programa de Bilinguismo da Rede Municipal de Ensino de Niterói. Professora Substituta de Libras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: rosanaprado.l.m@gmail.com.

especialistas em educação de surdos para estruturar um projeto que atendesse aos alunos. A coordenadora da Equipe de Educação Especial da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), na época, consultou a vice-presidente da Apada. Após a primeira reunião das duas instituições, ficou clara a possibilidade de elaboração de um projeto que viabilizaria a escolaridade dessas crianças. O projeto foi desenvolvido e previa a implantação de classes bilíngues. Inicialmente, foram organizadas duas classes, sendo alocados dez alunos e uma professora especializada em cada turma. O projeto previa, também, a contratação de um instrutor surdo, tendo por objetivo garantir aos alunos surdos o direito de acesso à sua primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e um tradutor/intérprete de Libras/Português. A princípio, o projeto visou contemplar o alunado da E.M. Paulo Freire. Posteriormente, a FME o ampliou para outras unidades da rede.

O projeto foi fundamentado em referenciais teóricos da educação geral e da educação especial na perspectiva da inclusão escolar, em conformidade com a política nacional de educação inclusiva, e nos documentos oficiais relativos à educação como os contidos na Constituição Federal, na Declaração de Salamanca, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no Decreto nº 5626 – lei de Libras, entre outros.

A seguir, apresentamos a descrição do projeto, de maneira reduzida, como foi implantado no período de 2004 a 2007

O ser humano, ouvinte ou surdo, precisa ter o domínio de um código linguístico para acessar o mundo e constituir-se plenamente, conforme os PCN de língua portuguesa (LP): “O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento” (MEC/SEF, 1998).

Os alunos que chegam à E.M. Paulo Freire são filhos de pais ouvintes, têm idade superior a 7 anos e não falam a língua portuguesa. Como não ouvem e não distinguem a voz falada de seus pais, eles não adquirem, de modo natural, a LP, língua materna dos ouvintes. Quanto à língua de sinais (LS), embora esses alunos tenham frequentado a Apada, sua desenvoltura nessa língua deixa a desejar. A Libras, língua materna dos surdos, é adquirida de maneira natural no convívio da criança surda com outros surdos sinalizadores o mais precocemente possível (BEHARES, 1993, p. 49). Como esses alunos pertencem a lares de ouvintes nos quais a única língua utilizada é a LP, deduz-se que eles também não adquirem a Libras na fase considerada ideal. Agravando essa situação, a maioria dos pais ouvintes reage mal à ideia de aprender a Libras, pois geralmente são orientados a seguir o modelo clínico-pedagógico que não estimula esse aprendizado. Portanto, é necessária uma intervenção pedagógica específica que possibilite aos alunos

surdos a aquisição natural da Libras junto aos seus pares e o aprendizado da LP, na modalidade escrita, como segunda língua.

O excerto dos PCN de língua estrangeira confirma: “Por outro lado, em comunidades indígenas e em *comunidades de surdos*, nas quais a língua materna não é o português, justifica-se o ensino da língua portuguesa como segunda língua” (MEC/SEF, 1998).

Nossos alunos nasceram ou ficaram surdos na fase ideal para a aquisição de língua, isto é, nos dois primeiros anos de vida, e não tiveram acesso à língua oral. São denominados por Cruickshank e Johnson (1982) surdos *pré-linguísticos*, e para eles é que foi organizado esse projeto inicial junto à FME. Para os surdos *pós-linguísticos*, aqueles que ficaram surdos após a aquisição da língua oral ou para os deficientes auditivos que possuem resíduos funcionais para a discriminação auditiva da fala do outro, as estratégias de ensino estarão voltadas para a conservação dos processos linguísticos já instalados. Esse será um trabalho clínico a ser efetuado fora da escola. Portanto, a educação do aluno surdo requer, sim, atenção especial, pois, ao chegar à escola, ele não tem proficiência em LP, nas modalidades oral e escrita nem em Libras. Essa situação de privação linguística é um fator preponderante nos prejuízos que causa ao desenvolvimento escolar do aluno surdo. Tal fato é demonstrado por inúmeros trabalhos científicos aplicados à educação de surdos. No entanto, quando os alunos são contemplados com uma alternativa educacional bilíngue, desde pequenos, suas necessidades linguísticas e culturais são preenchidas e, assim, ter sua instrução assegurada e seu desenvolvimento global viabilizado.

O projeto é direcionado para atender um alunado que abrange crianças surdas, notadamente, as filhas de pais ouvintes. Com relação a essas crianças, concordamos com Sá:

Considerando que cerca de 94% das crianças surdas nascem de pais ouvintes, é a escola que oferece a possibilidade de que estejam em ambiente diglota e em contato com modelos usuários das duas línguas (LP e Libras). É a escola que deve propiciar o ambiente linguístico favorável à aquisição dos conhecimentos sobre o mundo e ao estabelecimento de uma identificação com o grupo cultural (SÁ, 1999, p. 163).

Portanto, ao propiciar a aquisição natural da Libras e o ensino da língua portuguesa escrita (LPE), o projeto promove as condições básicas e necessárias para que o aluno surdo tenha garantido seu processo de escolarização.

Os profissionais que operacionalizam esse projeto são professores ouvintes, instrutores de Libras e intérpretes/tradutores de Libras/Português. O aluno surdo elegível para esse projeto é aquele que, independentemente da sua perda auditiva, não tem domínio suficiente da LP para se comunicar oralmente; não discrimina auditivamente nem visualmente, por leitura labial, o idioma falado por seus familiares, professores, colegas de turma e profissionais da comunidade escolar; não conhece

o código escrito da LP e não domina (ou não conhece) a LS, para ser beneficiado com a presença de um intérprete/tradutor de Libras/Português e, portanto, não tem condições de acompanhar as aulas na sala comum dos ouvintes. Para esse aluno, não é indicada a *inclusão imediata* na sala dos ouvintes, mas, sim, a *inclusão prévia*, período que, inicialmente, acontece na classe bilíngue. Na *inclusão prévia*, o aluno deve ser imerso na Libras o maior tempo possível e adquirir essa língua de modo prazeroso, assimilando-a como sua primeira língua. Na *inclusão prévia*, a LPE deve ser ensinada como segunda língua, a que vai viabilizar sua escolaridade. A *inclusão prévia* garante ao aluno surdo uma inclusão escolar verdadeira. Tornando-se bilíngue, nosso aluno pode desenvolver-se em plenitude. A inclusão aconselhada pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação Especial, no modelo inclusivo, aquela em que o aluno deve ser alocado direto na sala de ouvintes, deve ser realizada somente quando ele alcançar um conhecimento suficiente de LPE e Libras para acompanhar as aulas com o auxílio de um intérprete/tradutor. Nesse projeto, não são adotados os termos classe especial, classe de deficientes auditivos ou classe de surdos, pois se trata de um projeto educacional com perspectiva de inclusão escolar; opta-se, então, por *classe de referência bilíngue*.

Entende-se por *instrutor* o surdo adulto proficiente em Libras e com habilidades para comunicação em LPE que atuará junto ao professor ouvinte e ao aluno surdo em sala de aula, contribuindo para a construção e o compartilhamento dos conhecimentos em LS. Cabe, ainda, ao instrutor a função de intermediar as situações linguísticas conflituosas que eclodem entre o professor ouvinte (não proficiente em Libras) e seus alunos, ou mesmo entre alunos e alunos, devendo sempre esclarecer e informar, por meio da LS, o motivo do conflito. Não é função do instrutor ensinar formalmente os conteúdos programáticos do currículo, pois não contamos, ainda, com professores surdos diplomados. Outras instituições denominam o instrutor *assistente e/ou agente educacional*; no caso desse projeto, a denominação permanece a de *instrutor*.

A escola na qual se desenvolve o projeto é inclusiva, atendendo a alunos com outras necessidades educacionais especiais. Nesse projeto, a direção permite liberdade de ações pedagógicas específicas e necessárias ao seu bom andamento. O aluno surdo frequenta a E.M. Paulo Freire, em um único turno escolar, e é encaminhado à Apada para os atendimentos clínicos de que necessita em turno contrário ao escolar.

As *necessidades educativas especiais* de nossos alunos são classificadas como *linguísticas e culturais*.

Quanto às *necessidades linguísticas*, deve-se:

- Atender à necessidade da aquisição natural da Libras, de modo natural, como primeira língua (L1) no contato com os usuários proficientes dessa língua. A LS, ao longo do processo educativo, possibilita ao aluno obter e trocar informações com o meio circundante, e com isso ter acesso à cultura letrada, na qual está depositado o saber acadêmico tão necessário para a sua escolarização.

- Atender à necessidade de aprender a LP, ensiná-la de modo sistemático, como segunda língua (L2), em suas modalidades escrita e leitura da escrita de maneira silenciosa.
- Quanto às *necessidades culturais*, deve-se proporcionar ao aluno surdo o conhecimento de sua comunidade (instrutores e convidados) e a convivência com a cultura surda, objetivando a formação de sua identidade. Da mesma maneira, os alunos surdos devem participar das atividades culturais e do cotidiano escolar dos ouvintes, concretizando, assim, uma real inclusão social escolar. Os ouvintes devem conhecer a cultura surda, participando de eventos promovidos pela comunidade surda, dentro e fora da escola. A comunidade surda, na escola inclusiva, é representada pelos instrutores de Libras que atuam como modelos reais na formação de nossos alunos.

Observação: os ensinamentos da modalidade oral, da leitura labial e da estimulação dos resíduos auditivos deverão ser realizados por profissionais fonoaudiólogos que tenham formação para tais funções. Esse trabalho deverá ocorrer em espaço físico e em tempo diferenciado ao do escolar. Como assevera Quadros (1997, p. 32), “(...) o processo de aquisição de língua falada pelo surdo jamais ocorre da mesma forma que acontece com a criança que ouve, porque esse processo exige um trabalho sistemático e formal”.

Esse projeto propiciará ao aluno surdo um atendimento adequado ao seu processo específico de aprendizagem que respeitará as suas diferenças, de modo a assegurar-lhe pleno exercício dos direitos básicos e fundamentais que são os de qualquer cidadão, facultando-lhe o acesso às informações, à escolaridade e à plena inclusão social. Outrossim, *esclarecerá* a questão do processo inclusivo, enquanto norteador da política nacional de educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, e situará a educação de surdos nesse contexto; *respeitará* as reivindicações da comunidade surda brasileira, que prevê sua educação baseada no modelo socioantropológico, acatando suas decisões firmadas por suas representações legais, institucionais e documentais; *incentivará* o contato do aluno com a comunidade surda local, possibilitando, desse modo, a construção da identidade surda, o desenvolvimento linguístico em Libras e a vivência da cultura surda; *prestigiará* a Libras junto à comunidade escolar e aos familiares, esclarecendo sua importância no processo educativo e social do aluno; *assegurar*á que a Libras seja adquirida, o mais naturalmente possível, com os instrutores surdos, representantes da cultura surda na escola; *estabelecerá* a Libras como a língua de instrução por meio da qual serão desenvolvidos os conteúdos curriculares; e, finalmente, *garantirá* ao aluno o aprendizado da LPE, para que possa acessar o saber letrado da cultura ouvinte.

A equipe de referência bilíngue é composta por seis professores ouvintes bilíngues, sete instrutores de Libras, sendo que um deles acompanha dois alunos surdocegos, uma coordenadora pedagógica da equipe da escola, um tradutor/

intérprete de Libras/Português, professores de apoio das classes de recursos, a representante da equipe da FME e a consultora/organizadora do projeto. Durante toda a implantação devem estar presentes a diretora, sua equipe administrativa e pessoal de apoio escolar. O instrutor apresenta a Libras ao aluno surdo e ao aluno surdocego que não tiveram acesso à língua de sinais em tempo hábil; ensina Libras aos familiares do aluno surdo e do aluno surdocego, aos demais professores da escola, aos funcionários de apoio escolar, aos alunos ouvintes e a pessoas interessadas da comunidade; promove a intermediação linguística e pedagógica na sala bilíngue e em todos os eventos da comunidade escolar. Nas atividades acadêmicas, esse instrutor exerce o papel de “par competente” dos alunos na aquisição da Libras e na aprendizagem da LP. A Libras é concebida como a *língua de instrução*, devendo estar presente em todo o processo educativo. Sendo o instrutor surdo proficiente nessa língua, promove uma melhor compreensão pelo professor ouvinte, que, apesar de bilíngue, não é surdo, não tem identidade surda. Os instrutores fazem parte da equipe escolar, têm participação nas decisões da vida escolar e atuam, também, em cursos de formação de intérpretes. O instrutor deve estar presente durante o cotidiano escolar, atuando como *modelo identitário excelente* para os alunos. Os instrutores não são considerados bilíngues somente porque têm fluência em Libras, mas, principalmente, por terem um bom conhecimento da LPE. Devem ter concluído, no mínimo, o ensino médio, um bom nível cultural e certificado de conclusão de curso de formação de instrutores de Libras.

Nesse projeto, a comunidade escolar ouvinte deve ser *convidada* a aprender a Libras, a conhecer e interagir com os alunos surdos e a se comunicar com eles em Libras e/ou LPE. Quanto aos familiares e aos amigos ouvintes dos alunos, devem ser *convocados* a aprender a Libras e a participar das reuniões de Educação Familiar e a se comunicar em Libras e/ou LPE com seus filhos e amigos.

Ao final do ano letivo de 2007, o projeto tornou-se eficiente, produziu resultados esperados, criou as condições apropriadas para a consecução de seus objetivos e tomou o caráter de programa educacional, doravante denominado Programa Educacional Bilíngue.

O Programa de bilinguismo para alunos surdos do município de Niterói

O município de Niterói, desde 2004, estruturou-se para receber os alunos surdos na E.M. Paulo Freire, onde teve início o Projeto Pedagógico de Educação Bilíngue, ainda restrito à referida escola. Com o passar dos anos, as experiências vividas pela escola com a inclusão de alunos surdos impulsionaram estudos, formação de profissionais, estratégias, ampliação de metodologias, adaptações curriculares, entre outros fatores. Com o êxito na educação dos alunos surdos observados na E.M. Paulo Freire e verificado em Meireles (2010), o município de Niterói se tornou referência na educação desses alunos e passou a ser procurado por alunos vindos de diversas instituições, inclusive de municípios vizinhos. Em resposta à crescente demanda, o município estabeleceu uma Política de Educação Bilíngue para Surdos em âmbito

municipal. Assim, o Projeto de Educação Bilíngue, antes restrito à E.M. Paulo Freire, em 2010, passou a constituir o Programa de Bilinguismo do Município de Niterói, com o objetivo de atender alunos com surdez em diferentes graus de perdas auditivas, garantindo-lhes acesso, métodos, recursos e organizações específicas para atender às suas necessidades nas diversas escolas da rede. Atualmente, esse programa se preocupa, prioritariamente, com a garantia de acesso a língua e cultura próprias da comunidade surda, assim como a garantia de estratégias visuais que possibilitem o acesso ao conhecimento e ao estabelecimento de trocas significativas nos diversos espaços escolares. Hoje, o Programa de Bilinguismo de Niterói atende, em média, 123 alunos com surdez ou deficiência auditiva, distribuídos em 12 escolas do município, porém com maior concentração de alunos surdos e profissionais especializados em quatro dessas escolas, embora, quando necessário, suas ações se estendam a outras unidades escolares. Tal organização acontece em razão da necessidade de manter grupos de convivência entre surdos para garantir a manutenção da língua e da cultura surda.

A seguir, estão pontuadas as principais ações do Programa de Bilinguismo:

- Identificação dos alunos com surdez ou deficiência auditiva em todas as escolas da Rede Municipal de Niterói.
- Avaliação pedagógica para detectar nível de percepção auditiva funcional para ações pedagógicas.
- Contato com a família para conhecimento de histórico do aluno e encaminhamento para avaliação auditiva.
- Elaboração de estratégias e recursos junto aos professores e à escola de maneira ampla.
- Visitas frequentes às escolas para acompanhar e orientar ações pedagógicas que garantam o desenvolvimento do aluno.
- Adaptações curriculares e adaptações de acesso ao currículo essenciais às necessidades dos alunos surdos.
- Adaptação dos referenciais curriculares de LP como segunda língua.
- Orientação e formação de professores para utilização dos referenciais curriculares de LP que preveem metodologia específica.
- Realização de cursos de formação continuada com o objetivo de preparar professores da Rede Municipal de Educação para trabalhar com alunos surdos.
- Visitas e contatos com instituições parceiras na Educação de Surdos como Apada e INES, além de outros, assim como com instituições de saúde e reabilitação que dão suporte ao desenvolvimento pedagógico do aluno.

- Seleção e contratação de profissionais bilíngues e acompanhamento destes nas escolas.
- Participações em fóruns, seminários, congressos e outros eventos sobre educação de surdos como ouvintes e como palestrantes.

O Programa de Bilinguismo conta com uma estruturação de espaços, profissionais e estratégias pedagógicas que visam garantir o acesso dos alunos surdos à LS como primeira língua e à LPE como segunda língua. Assim, o programa conta com turmas bilíngues que, de acordo com a Portaria nº 878/2009 da FME/Niterói, podem ser compostas por até 15 alunos surdos. No entanto, foi observado em Meireles (2010) que, em média, essas turmas possuem, apenas, dez alunos em função da necessidade de comunicação visual entre professora bilíngue (fluyente em Libras e LPE) e alunos surdos. Essas turmas também contam com a presença de um surdo adulto, denominado instrutor de Libras, que atua como modelo de língua e identidade para as crianças surdas. Diante dessa organização pedagógica, na qual os surdos convivem em sala de aula, apenas, com outros surdos, constantemente surge o questionamento quanto a serem essas classes especiais. A professora Nelma Pintor, coordenadora da Equipe de Educação Especial da FME, justifica da seguinte maneira:

Se falarmos de sala como apenas um espaço físico, se estiver se delimitando às quatro paredes, poderia ser denominada uma classe especial porque os alunos que estão lá são todos surdos. Só que nossa concepção de sala de aprendizagem é muito mais ampla do que as quatro paredes. A gente acredita na escola como espaço de aprendizagem... Agora, eles estão só entre surdos na primeira etapa porque ainda precisam amadurecer sua língua e cultura. Eles ainda precisam de mais amadurecimento. (...) Essa é uma maturidade linguística que eles vão adquirindo ao longo do tempo de convívio com outros surdos (MEIRELES 2010, p. 115).

Ainda assim, muitas vezes, permanece o questionamento: Por que a denominação turmas bilíngues e não classes especiais para surdos? Com relação a tal questionamento, a fala de Ana Cristina Castro, ex-diretora da E.M. Paulo Freire, é esclarecedora:

Preferimos chamar de turmas bilíngues para desvincular de um modelo de classe especial evidenciado pelo movimento de integração. Na integração as escolas aceitavam os alunos com deficiência, mas segregava-os em classes especiais com o objetivo de prepará-los para serem incluídos em turmas regulares. (...) Na atual proposta, a escola vem se estruturando para incluir os alunos surdos desde a sua inauguração. Nós oferecemos oficinas de Libras para os alunos, professores, funcionários, familiares dos surdos e estamos constantemente promovendo o contato e a valorização dos ouvintes com

a cultura surda na escola. (...). Aqui na escola não são os alunos com deficiência que se adaptam ao sistema, mas sim buscamos uma construção coletiva, onde os esforços acontecem em todas as direções e de acordo com as potencialidades e possibilidades de cada um (MEIRELES, 2010, p. 115-116).

Assim, percebe-se que há uma preocupação em não vincular as turmas bilíngues a uma proposta segregadora. Entretanto, é possível afirmar que as turmas bilíngues são classes especiais de alunos surdos, porém sob a perspectiva de inclusão, observando-se as necessidades que os alunos surdos apresentam de atendimento às demandas de língua e cultura surda.

As turmas bilíngues contam com professores bilíngues concursados ou contratados pelo Município de Niterói com formação na área da educação de surdos, além de fluência em Libras e na LPE. Esse professor pode ser surdo ou ouvinte, desde que apresente proficiência nas duas línguas. Esses professores atuam como regentes de turmas bilíngues utilizando a Libras como língua de instrução e interação.

Apesar de o professor bilíngue não precisar de um intérprete em sala de aula, quando ouvinte, esse profissional não pode ser considerado modelo de identidade e cultura para alunos surdos. Assim, de acordo com Meireles (2010), para o professor bilíngue, é primordial ser proficiente em Libras e conhecer a cultura surda. Essa importância está no fato de poder comunicar-se com seus alunos e entender a lógica do pensamento e da cultura do grupo com o qual se relaciona para melhor promover seu aprendizado. No entanto, por não ser um usuário natural de Libras e por não fazer parte de uma comunidade e cultura surda, necessário é necessária a presença de educadores surdos adultos no cotidiano escolar de alunos surdos.

Ao admitir a necessidade de adultos surdos no cotidiano escolar, o Programa de Bilinguismo do Município de Niterói, prevê a presença de instrutores de Libras atuando no cotidiano das turmas bilíngues. No entanto, esse cargo, embora de extrema necessidade para as escolas do Programa de Bilinguismo, ainda não está previsto do Plano de Cargos e Salários do Município e ainda precisa ser garantido por meio de contratações. O instrutor de Libras ministra aulas de Libras para ouvintes e atua pedagogicamente em sala de aula, facilitando a aquisição de conteúdos dos alunos surdos por meio de uma convivência natural e espontânea com a língua, brincadeiras, hábitos, cultura surda de um modo amplo, a fim de que esses alunos possam construir uma personalidade e identidade em convivência com seus pares surdos.

Como foi recomendado no projeto inicial, profissionais adultos surdos participam do cotidiano de alunos surdos e ouvintes na Rede Municipal de Niterói, e esta se caracteriza como condição indispensável para a construção de identidades surdas. Sobre a importância de convivência entre surdos, Skliar (1999, p. 11-12) enfatiza que:

A transição da identidade ocorre no encontro com o semelhante, em que se organizam novos ambientes discursivos. É o encontro surdo/

surdo. Os surdos começam a se narrar de uma forma diferente, a serem representados por outros discursos, a desenvolverem novas identidades surdas, fundamentadas na diferença. Os contatos que os surdos estabelecem entre si proporcionam uma troca de diferentes representações de identidade surda. Através de um conjunto de significados, informações intelectuais, artísticas, éticas, estéticas, sociais, técnicas, etc. podem-se caracterizar as identidades surdas presentes num grupo social com uma cultura determinada.

Assim, evidencia-se a importância da atuação de profissionais surdos adultos em um contexto inclusivo bilíngue. Optar por uma educação bilíngue implica diversas reconstruções do cotidiano escolar para promover uma educação democrática para alunos surdos.

O Programa de Bilinguismo também conta com intérpretes que vêm sendo garantidos por meio de seleção pública para contratação temporária. Este se caracteriza por ser um profissional ouvinte capacitado para atuar como intérprete/tradutor de Libras junto aos surdos e surdocegos (crianças e adultos) nas escolas do município de Niterói. Esse profissional é responsável por interpretar para surdos e surdocegos o que está sendo exposto em português e para os ouvintes o que está sendo expresso pelos surdos em Libras. O intérprete não atua em sala de aula junto aos professores bilíngues regentes das turmas de primeiro e segundo ciclo, uma vez que estas precisam, obrigatoriamente, dominar a Libras. Com o ingresso dos alunos surdos em turmas regulares, na segunda etapa do Ensino Fundamental, está prevista a presença de intérpretes durante todas as aulas com a intenção de atuarem como facilitadores diários e constantes de comunicação e interação entre surdos e ouvintes na intenção de contribuir para um ambiente inclusivo.

De acordo com o Programa de Bilinguismo para alunos surdos no município de Niterói, também estão previstos atendimento em salas de recursos multifuncionais de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Assim, a sala de recursos multifuncionais atua no investimento de estratégias que facilitem o aluno na relação com outras deficiências associadas à surdez e com as limitações e potencialidades provocadas por uma segunda deficiência, uma vez que a surdez é totalmente atendida na turma bilíngue com atuação do professor bilíngue e instrutor de Libras. A partir do segundo ciclo, o Programa de Bilinguismo prevê, também, atendimento educacional especializado em sala de recursos com atendimento específico de LP como segunda língua, no contraturno.

Assim, percebe-se que o Programa de Bilinguismo para alunos surdos da Rede Municipal de Niterói busca estratégias para atender às necessidades dos alunos surdos em suas demandas de língua, cultura e identidade. Embora ainda haja muito a ser construído na garantia de profissionais especializados e ações afirmativas de uma pedagogia integralmente bilíngue, percebe-se que existe um movimento fortalecedor de direitos e demandas da comunidade surda e de uma proposta de educação democrática.

Referências bibliográficas

BEHARES, L. E. Implicações neuropsicológicas dos recentes descobrimentos na aquisição de linguagem pela criança surda. In: MOURA *et al.* **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, 1993 (*Série de Neuropsicologia*, v. 3).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua de Sinais.

_____. Congresso Nacional. P. L. nº 4673/04. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de intérprete de Libras. 2004.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Estrangeira), MEC/SEF, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Portuguesa), MEC/SEF, 1998

_____. Código Brasileiro de Ocupações. Ministério do Trabalho e Emprego. 2002.

CRUICKSHANK, W.; JOHNSON, G. O. **A educação da criança e do jovem excepcional**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1982.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MEIRELES, R. M. P. L. **Educação bilíngue de alunos surdos: experiências inclusivas na Escola Municipal Paulo Freire, Niterói (RJ)**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SÁ, N. M. L. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: EdUFF, 1999.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999, 2 v.

_____. (Org.). **Educação e exclusão: abordagens socio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997 (*Cadernos de Autoria*).

STELLING, E. P. Programa Educacional Bilíngue para alunos surdos da Fundação Municipal de Educação de Niterói. Projeto-piloto educacional. Niterói: [s.n.], 2007.